

Endividamento provoca desaceleração da atividade

*Roberto da Silva Wiltgen**

Após 1994, promovida a estabilização monetária, a atividade comercial experimentou expansão por efeito da própria estabilização, que provoca crescimento da renda real das pessoas, principalmente daquelas de renda mais baixa, que não têm acesso ao sistema financeiro, como forma de defenderem, ao menos parcialmente, seus rendimentos da corrosão provocada pela inflação. Apesar dos juros altos praticados desde então, o crédito tem se expandido, impulsionado pelas facilidades de compra com prazos longos, proporcionando, assim, valores de prestações acessíveis a uma parcela mais ampla da população.

Esse quadro de alargamento da demanda interna, que foi capaz de estimular a atividade comercial, mostrou, contudo, uma instabilidade crônica, uma vez que teve como base não um crescimento sustentado da renda, mas um acréscimo episódico, aliado ao endividamento crescente e gradativo da população. Assim, o comércio tem experimentado períodos de forte crescimento de vendas e conseqüente endividamento dos consumidores, seguido de expansão da inadimplência e retração das vendas. A essa instabilidade soma-se uma tendência à retração da atividade comercial, à medida que vai se esgotando a capacidade de endividamento dos consumidores.

Além do exposto, saliente-se ainda que os níveis de emprego vêm mostrando modesta evolução em vários setores da atividade econômica, fazendo crescerem os níveis de desemprego. Esse fato, aliado ao baixo crescimento dos rendimentos do trabalho, acaba por deprimir a evolução da massa de rendimentos, com efeitos negativos sobre a capacidade de consumo da população.

* Economista, Técnico da FEE.

Menor ritmo da atividade comercial

A atividade comercial, no Rio Grande do Sul, vem mostrando uma tendência à desaceleração em 1997, fruto das várias circunstâncias já expostas. O exame da Tabela 1 mostra que, no primeiro semestre de 1997, ocorreram queda de 4,62% na arrecadação do ICMS do comércio atacadista e elevação de 2,55% do comércio varejista no Estado, obtendo-se uma queda de 0,93% no total arrecadado no comércio.

Tabela 1

Valor real da arrecadação do ICMS no comércio do Rio Grande do Sul — 1996/97

PERÍODOS	COMÉRCIO ATACADISTA	COMÉRCIO VAREJISTA	TOTAL
(R\$)			
1996			
1º semestre	281 223 017,80	297 197 135,20	578 420 153,00
2º semestre	283 280 039,30	324 021 236,30	607 301 275,60
1997			
1º semestre	268 240 454,30	304 786 060,30	573 026 514,60

FONTE: Secretaria da Fazenda.

NOTA: Valores inflacionados pelo IGP-DI, a preços de jun./97.

Os resultados expostos apontam uma retração real das vendas do comércio no Rio Grande do Sul, o que levou à redução na arrecadação do ICMS, que incide sobre o valor das vendas. Essa queda ocorreu por conta da contração no comércio atacadista.

O baixo nível de atividade do comércio reflete-se no emprego do setor. Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que responde por grande parte do mercado consumidor do Estado, houve uma variação negativa de 0,8% no emprego do comércio entre julho de 1996 e julho de 1997 (Tabela 2), alcançando, neste último mês, o nível mais baixo do ano, indicando para um agravamento da situação.

Idêntico comportamento observa-se no nível geral de emprego na RMPA, com retração da ocupação em relação ao ano anterior e menor nível do ano alcançado em julho. Afinal, a baixa atividade comercial reflete o pequeno dinamismo apresentado pelos demais setores da atividade econômica, propiciando pequeno crescimento da renda e, por consequência, do consumo.

Tabela 2

Índices do nível de ocupação total e do comércio na RMPA — 1992/97

PERÍODOS	TOTAL		COMÉRCIO	
	Índice	Δ%	Índice	Δ%
Jul./92	98,1		96,1	
Jul./93	99,0	0,9	99,0	3,0
Jul./94	98,4	-0,6	102,4	3,4
Jul./95	104,9	6,6	110,7	8,1
Jul./96	103,3	-1,5	108,7	-1,8
1997				
Jan.	104,8	...	108,7	...
Fev.	105,8	...	110,7	...
Mar.	104,4	...	113,6	...
Abr.	104,6	...	114,1	...
Mai	103,1	...	112,1	...
Jun.	103,2	...	111,2	...
Jul.	102,9	-0,4	107,8	-0,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE e DIEESE.

NOTA: Os dados têm como base a média de 1993 = 100.

Examinando-se a evolução recente da massa de rendimentos reais do total de ocupados da Região Metropolitana de Porto Alegre, percebe-se que, entre julho de 1996 e julho de 1997, ocorreu um acréscimo de 1,9% apenas, estabelecendo-se uma clara desaceleração, comparando-se com os demais períodos após a implantação do Plano Real apresentados na Tabela 3. No que se refere à massa salarial, a situação mostra-se mais contundente, tendo ocorrido um decréscimo de 2,8% nos últimos 12 meses até julho de 1997.

Tabela 3

Variação percentual da massa de rendimentos reais na RMPA — 1992/97

PERÍODOS	OCUPADOS	ASSALARIADOS
Jun./96-jun./97	1,9	-2,8
Jun./95-jun./96	5,1	6,1
Jun./94-jun./95	21,8	11,6
Jun./93-jun./94	-8,1	-6,2
Jun./92-jun./93	13,6	14,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE e DIEESE.

NOTA: Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE.

O comportamento dos diversos segmentos

O segmento de supermercados do Rio Grande do Sul, responsável por grande parte do abastecimento da população, apresentou uma retração de 3,4% nas vendas, no período de janeiro a agosto de 1997 frente a igual período do ano anterior, segundo informações da Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS). As vendas dos supermercados, além de se mostrarem fracas, vêm alterando seu perfil, uma vez que, segundo a mesma fonte, atualmente 50% das mesmas são realizadas a prazo, sendo 5% com cheques pré-datados; 20%, com cartões de crédito; e o restante, através de tickets e de convênios com empresas (SUPERMERCADOS..., 1997, p.8).

No segmento do comércio lojista, o que se observa é uma evolução modesta das vendas, movimento influenciado pelo baixo crescimento da renda média dos consumidores, pelas altas taxas de juros, pelo excessivo endividamento das famílias e pela redução dos prazos dos crediários concedidos pelas lojas.

Frente ao crescimento da inadimplência, fato impulsionado pelos prazos longos dos crediários, as lojas começaram a reduzir o número de prestações e a tornar o crédito mais seletivo, o que, se, por um lado, preserva o fluxo de recebimentos das empresas, por outro, deprime a demanda, pois exclui os consumidores de renda mais baixa do mercado.

Segundo o **Termômetro de Vendas**, publicação editada pela FEE em contrato com a Câmara de Diretores Lojistas (CDL), realizado em 38 empresas do Município, o valor real das vendas de janeiro a agosto de 1997 caiu 0,88% em relação a igual período do ano anterior (Tabela 4).

Tabela 4

Variação percentual das vendas do comércio lojista em Porto Alegre — 1996/97

RAMOS E MODALIDADES DE PAGAMENTOS	JAN-AGO/97	SET/96-AGO/97
	JAN-AGO/96	SET/95-AGO/96
Bens de consumo duráveis (ramo duro)	0,99	0,37
Bens de consumo não duráveis (ramo mole)	-1,92	1,41
Total geral	-0,88	1,04
À vista	0,16	1,31
A prazo	-1,77	0,80

FONTE: CDL-Porto Alegre.

A evolução das vendas segundo as modalidades de pagamentos mostra pequena variação positiva (0,16%) nas vendas à vista e decréscimo nas a prazo, indicando o esgotamento da capacidade de endividamento de parcela dos consumidores.

Perspectivas

Para os últimos meses do ano, pode-se esperar, para o comércio do Rio Grande do Sul, um nível de atividades baixo, dado que os condicionantes aqui examinados tendem a se manter, não existindo indícios de que a atividade econômica venha a experimentar uma aceleração, de modo a impulsionar a atividade comercial. Assim, é de se presumir que, ao final do ano, o setor, na melhor das hipóteses, repita a performance do ano anterior.

Bibliografia

- CONSUMIDOR evita novos financiamentos (1997). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-5, 24 set.
- CREDIARIO longo faz inadimplência crescer (1997). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2-4, 30 ago.
- INFORME PED: pesquisa de emprego e desemprego (1997). Porto Alegre : FEE, v.6, n.7, jul.
- SUPERMERCADOS do RS ainda perdem mercado (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre : FEE, p.8, 17 set.
- TERMÔMETRO DE VENDAS (1997). Porto Alegre : FEE, v.22, n.8, ago.